

## ERRATA

---

Registramos aqui, com as devidas desculpas aos autores e aos leitores de *Lua Nova* n.o 55-56/2002, erros que nela ocorreram.

No artigo “O alfabeto da vida”, de Jonatas Ferreira, ocorreu um deslocamento geral das notas. Em consequência, todas as notas ficaram defasadas: o que seria a nota 2 aparece como 1, e assim por diante.

No artigo “As prisões do mercado”, de Laurindo Dias Minhoto, ficou sem registro que o autor é doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP e autor de *Privatização de presídios e criminalidade. A gestão da violência no capitalismo global* (São Paulo. Ed. Max Limonad, 2000), e perderam-se os dois parágrafos finais do texto. A seguir, transcrevemos a parte final do artigo:

“Para falar como nosso autor [a referência é a Roberto Schwarz] – mais uma vez adiada a perspectiva de síntese entre o padrão civilizatório e a deformação local – tem se verificado atualmente no Brasil uma espécie de “desautorização recíproca” entre o privado tomado como índice de uma sociabilidade autoritária e o privado tomado como ideologia da eficiência, que, no entanto, se entrecruzam na constituição de novos limites à possibilidade de implementação de um controle efetivamente democrático da violência no país, reatualizando entre nós, ao que parece, o Estado de Direito como ‘lamentável mal-entendido’.

No *Brasil privatizado* de hoje, um país cada vez mais permeado por práticas neovigilantes, igualmente mobilizadas pelos *happy few* e pelos *restless many*, que proliferam à sombra da falência do aparato de controle social do Estado, sob o império do tráfico e de outras modalidades de gestão empresarial da miséria, configurando um quadro dramático de crescente privatização possessiva da justiça – ‘o outro sentido trágico da privatização do público operada no Brasil’ –, o apelo das prisões privadas não parece residir apenas em sua auto-apresentação como panacéia supostamente eficiente para o enfrentamento da crise do sistema penitenciário, nos termos da ortodoxia ideológica neoliberal. Antes, o fascínio pela privatização parece derivar também de sua funcionalidade a um *continuum* de práticas autoritárias formais e informais do controle da violência, do crime e da punição, que demandam soluções privadas como extensão e reposição de um processo histórico preexistente que – em tempo de capitalismo global – teima em reinscrever por aqui as marcas da barbárie”.

Também Luís Felipe Miguel, que já havia publicado, no número 50/2000, “Sorteios e representação democrática”, ficou sem o registro da sua condição de professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB.